

NOTAS SOBRE O “AMERICANISMO” DOS ESTADOS UNIDOS DE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

MIRIAN JORGE WARDE*

Introdução

Segundo Arnavon (1958), o termo “americanismo” teria aparecido pela primeira vez no artigo “De l’américanisme et des républiques du sud” da *Revue des Deux Mondes* de 15 de novembro de 1846 referindo-se à América Latina, e ao contraste da civilização em face da barbárie.

É o americanismo, palavra bárbara como a coisa mesma! Enganosa satisfação dada às necessidades de nacionalidade que sentem esses países novos! Ilusão de um patriotismo estreito, ininteligente e brutal!

Os instintos selvagens e os preconceitos exclusivos da velha natureza espanhola confundem-se para formar esse tipo nacional do qual o traço saliente é uma antipatia declarada contra os outros povos; mais o número de emigrantes europeus aumenta mais este sentimento de aversão se desenvolve.
(...)

A pintura que o Sr. Sarmiento faz do americanismo na sua manifestação mais audaciosa foi tão boa que revela o verdadeiro flagelo desses jovens países, o mal crônico contra o qual é necessário lutar.
(...)

O americanismo representa a ociosidade, a indisciplina, a preguiça, a puerilidade selvagem, todas as propensões paralisantes, todas as paixões hostis à civilização, a ignorância, a deterioração física das raças assim como a sua corrupção moral (MAZADE, 1846, s/p).

O significado torpe aí conferido ao “americanismo” por conta das “repúblicas do sul” teria sido alterado nos usos europeus subsequentes do vocábulo, embora mantendo o sentido de confrontação Europa-América.

Em 1868, o *Grand Larousse de la langue française* apresenta uma brevíssima e nova definição do termo “americanismo”: “maneira que imita a dos americanos, especialmente dos Estados Unidos” (ARNAVON, 1958, p. 11).

* Professora colaboradora da Unesp-Araquara. Pesquisadora sênior do CNPq. Professora titular aposentada da PUC-SP.

Para Kaspi (2002), essa “fórmula” contém, no mínimo, duas ambiguidades. A primeira se refere ao termo: “americanos”, uma vez que os Estados Unidos são curiosamente um daqueles raros países que não tem nome específico, pois esse que aí está veio da junção simples daqueles Estados que decidiram, em 1776, unir suas forças e seus destinos. Ao mesmo tempo, quando se fala em “americanos” a referência não é a todos os habitantes do continente, mas apenas aos habitantes de um dos países do Norte. A segunda ambiguidade, segundo Kaspi, está associada aos significados (sentimentos) contraditórios contidos no termo “americanismo” que subentende atração e rechaço, admiração e repúdio, por uma cultura ao mesmo tempo valorosa e grosseira.

Em face dessas ambiguidades e na expectativa de que a troca de vocábulo possa aprofundar o entendimento de fenômeno tão contraditório, os organizadores de um colóquio realizado em Paris, julho 2001, sobre a americanização da Europa Ocidental propuseram a substituição do antigo termo “americanismo” por “americanização” conferindo a este um sentido mais largo e de maior alcance:

Generalização de um modo de vida, de uma civilização nascida no outro - atlântico por fusão de aportes múltiplos, eles mesmos vindos, no essencial, da Europa. Essa americanização resulta de uma transferência para a Europa ocidental dos métodos de produção, dos modelos de consumo, do modo de vida, das práticas socioculturais ou das estruturas de pensamento nascidos ou adotados originalmente nos Estados Unidos.

(...) uma vez que ele não tem concorrente em escala global, o modelo de modernização americana se impôs progressivamente na Europa, apesar das notáveis resistências, na França em particular e, também, das formas específicas de adoção, ou mesmo de hibridização, como o prelúdio da modernidade dominante. Dessa perspectiva, hoje, a Europa se tornou “geradora de americanidade” (BARJOT, 2002, p. 7).

Com base nas discussões levadas a cabo em 2001 e à luz das análises de Gramsci sobre o “americanismo”, Musso (2003) salienta que os dois termos – “americanismo” e “americanização” – carregam a suposição de que os Estados Unidos teriam criado uma civilização própria, distinta daquela dos países europeus de onde partiram e, numa ação de retroação, a América anglo-saxônica tenderia a impor sua cultura sobre o Mundo Antigo, convertendo, assim, a Europa em “geradora de americanidade”, no sentido conferido por Barjot.

Entendendo que as questões em jogo são confrontações simbólicas, representações em disputa, Musso (2003) fala de um jogo especular em que os Estados Unidos compareceriam como imagem matricial da qual todas as outras imagens

derivam e que é o duplo invertido da Europa: América como a modernidade e a Europa como a história; a América como um laboratório de pensar e de ver o futuro “já realizado” da Europa.

Com isso, Musso acata a tese de Barjot (2002) para quem essa contraposição de imagens Europa/América teria sido inaugurada na segunda metade do século XIX, entre os anos 1870-1880, quando se dá a revolução dos transportes marítimos que, mesmo sucedendo uma já instalada atração da Europa pela América – vide os exemplos de Saint-Simon, de seu discípulo Michel Chevalier e de Tocqueville¹ –, passaram a alimentar fluxos de europeus para os Estados Unidos em proporções muito superiores aos fluxos inversos.

Ainda no âmbito do trato europeu do “americanismo” e mantendo a mesma tradição de pensar Estados Unidos em contraste com a Europa, é indispensável mencionar Gramsci e os muitos autores que leu ou ao menos citou em sua poderosa investida sobre o tema, tais como: André Philip, André Siegfried, André Tardieu, Guglielmo Ferrero, Lucien Romier e Luc Durtain (GRAMSCI, 2001).

Não há espaço, neste *paper*, para estender e aprofundar a trajetória européia do conceito de “americanismo” e nem mesmo com a mais recente carreira de “americanização”. Cabe, somente, salientar que os muitos autores examinados ignoram acintosamente seus usos nos Estados Unidos. Nem mesmo Gramsci que operou de maneira inigualável a conversão do conceito de “americanismo” em categoria analítica de largo alcance histórico se refere ao movimento denominado nos Estados Unidos de “americanização”, e também conhecido por “americanismo”, e que se referem às imagens dos Estados Unidos sobre si mesmos.

Na bibliografia brasileira, o tema está praticamente ausente seja na sua trajetória européia seja na sua manifestação americana. A presença do “americanismo” nas Ciências Sociais e na História produzidas no Brasil se deve, assim, quase que integralmente ao tratamento que a ele foi conferido por Gramsci².

¹ Poder-se-ia acrescentar, ainda, Baudelaire e Gustave de Beaumont.

² Devem ser aqui destacadas algumas exceções em relação ao tema do americanismo à luz de Gramsci. Sérgio Buarque de Holanda (1978, 1995) que utiliza, em mais de uma oportunidade, exatamente o termo “americanismo”, em um sentido positivo, para pensar o Brasil no âmbito americano e em relação aos Estados Unidos. Richard Morse (1976, 1988), o grande estudioso do americanismo na relação Brasil-Estados Unidos. Antonio P. Tota (2005), com destaques incursões pelo cinema como instrumento de americanização.

O que é o “americanismo” e o movimento de “americanização” no âmbito dos Estados Unidos e utilizado para si mesmos é o tema deste *paper*. Há uma vastíssima bibliografia norte-americana a respeito que tem como primeiro foco o “americanismo” e o “movimento de americanização” nas escolas públicas (BOWLES, 1967; WEST, 1995; ZIEGLER-MCPHERSON, 2000); e, em segundo lugar, as operações de ajustamentos diretos do trabalhador imigrante às exigências do trabalho e do empregador (GUTMAN, 1973, 1976; MONTGOMERY, 1979, 1986; BARRETT, 1987, 1992).

Este *paper* se detém num dos manuais de maior circulação no período, frequentemente recomendado ou ao menos referido nos panfletos e outros manuais, além de constar regularmente das listas bibliográficas sobre o tema. Trata-se do manual de Winthrop Talbot, denominado *Americanization*: (New York: The H.W. Wilson Co.), publicado pela primeira vez em 1917 e republicado em versão ampliada em 1920. Trata-se de um manual classificado oficialmente como sendo destinado aos imigrantes; porém, e esta é a interpretação que aqui se defende, tornou-se referência obrigatória para os próprios norte-americanos ditos “nativos” uma vez que os textos ali reunidos são a eles dirigidos. Assim, como ferramenta civilizatória, o manual de Talbot é um típico exemplo de um discurso que, destinado aos imigrantes, visava a americanização dos próprios (norte-) americanos.

Antes, alguns considerações sobre o ambiente no qual aflora o movimento em tela.

O “novo” imigrante de fins do século XIX e começos do século XX

Segundo dados oficiais, os fluxos imigratórios para os Estados Unidos cresceram entre nas proporções astronômicas que se pode ver na tabela abaixo:

Tabela única – Fluxos imigratórios nos Estados Unidos entre 1860 e 1920.

| Período | Imigrantes | Norte e Oeste da Europa | Sul e do Leste da Europa |
|-----------|------------|-------------------------|--------------------------------------|
| 1861–1870 | 2.314.825 | 87.8 % | 1.4 % |
| 1871–1880 | 2.812.191 | 73.6 % | 7.2 % |
| 1881–1890 | 5.246.613 | 72.0 % | 18.3 % |
| 1891–1900 | 3.687.564 | 44.6 % | 51.9 % |
| 1901–1910 | 8.795.386 | 21.7 % | 70.8 % |
| 1911–1920 | 5.735.811 | 17.4 % | 58.9 % |
| 1881–1920 | | | 2 milhões de judeus do Leste europeu |
| 1911–1920 | | | 2 milhões de italianos |

Fontes: HARVARD UNIVERSITY LIBRARY OPEN COLLECTIONS: *Aspiration, Acculturation, and Impact: Immigration to the United States, 1789-1930*; BUTTS, CREMIN, 1953.

A literatura que aborda as imigrações para os Estados Unidos de fins do século XIX e início do século XX é enfática quanto às suas grandes diferenças, em relação à chamada “velha imigração”, vinda predominantemente das regiões Norte e Oeste da Europa (MASSEY, 1981, 1995).

Diferentes autores se referem aos anos oitenta como marco de uma importante transição da velha à nova imigração norte-americana, não pelo seu considerável aumento. Nos anos anteriores, as levas imigratórias originavam-se do Noroeste europeu, especialmente da Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Escandinávia. Com exceção dos irlandeses, os demais optavam por se instalar no interior dos Estados Unidos, em regiões férteis do meio, do Noroeste e do Centro-Oeste do país (MASSEY, 1981).

Nem mesmo a Guerra Civil estancou a entrada crescentemente maior de imigrantes, atingindo o pico, no século XIX, nos anos oitenta quando mais de milhões chegaram às costas norte-americanas. Foi exatamente nessa década que as características da imigração norte-americana começaram a sofrer mudanças significativas. As levas do Noroeste começaram a ser substituídas pelos que haviam deixado o Sul e o Leste da Europa. Italianos, austro-húngaros e russos compunham o grupo predominante.

Sobre as diferenças entre as levas de imigrantes, os autores insistem praticamente nos mesmos pontos, além da gritante diferença numérica e da óbvia diferença de nacionalidade. Em primeiro lugar, destacam as diferenças econômicas dos lugares de partida:

Na Inglaterra, Alemanha e Escandinávia o desenvolvimento comercial e industrial tinha atingido o ponto em que a atração econômica da América, embora sempre presente, era de modo algum tão grande proporcionalmente. Na Áustria-Hungria, por outro lado, muitos dos camponeses estavam ainda vivendo em condições semifeudais. Na Itália, havia um excesso de oferta de trabalho estimulado por uma alta taxa de natalidade; e na Rússia os *progroms* dos anos 1880 e as severas restrições tornaram as condições crescentemente insustentáveis para a população judaica (BUTTS; CREMIN, 1953, p. 307).

Em segundo lugar, a escolha dos lugares onde se assentar nos Estados Unidos, sobre o que já se disse alguma coisa acima. Pode-se acrescentar ainda que, no caso dos imigrantes anteriores, a busca de regiões férteis significava, seguramente, a busca de enraizamento em fazendas e pequenas cidades em torno de zonas rurais; em contrapartida, os novos imigrantes permaneciam, predominantemente, em cidades novas do

lado atlântico dos Estados Unidos (BERROL, 1976). Com isso, engrossaram o exército industrial de reserva com mão de obra predominantemente não qualificada já repleto de migrantes de todas as regiões agrárias, dentre os quais se encontravam os negros saídos das fazendas do Sul dos Estados Unidos (GUTMAN, 1973; BARRETT, 1992).

A literatura mais tradicional sobre imigração norte-americana insiste, como terceira característica distintiva entre “velhos” e “novos” imigrantes, no fato de os primeiros buscarem, prontamente, envolvimento com as comunidades norte-americanas já instaladas, portanto, não antepõem resistência à assimilação (BARRETT, 1987; BONVILLAIN, 1998). Em contrapartida, as novas imigrações, mesmo consideradas as suas diferenças internas, teriam a tendência a se fecharem em comunidades autorreferidas, nelas perpetuam a língua, os costumes, as práticas e os valores dos seus lugares de origem³.

Por fim, são salientados os elevados índices de analfabetismo entre os mais recentes imigrantes, em contraste com mais altos níveis de escolaridades dos anteriores (BERROL, 1976). No que tange aos “novos”, a literatura ressalva os imigrantes judeus que, em regra, portavam um diferencial positivo de formação (BRUMBERG, 1986); no que se refere aos “velhos”, os autores consultados ressaltam os elevados níveis de educação formal dos alemães, em regra superiores aos dos ingleses e irlandeses⁴.

Estudos mais recentes, culturalmente orientados, são mais propensos a não se debruçar sobre as diferenças entre os imigrantes ditos velhos e novos, aí incluindo as suas supostas intenções em relação à nova pátria, para considerar com maior ênfase as grandes diferenças do contexto de recepção desses fluxos imigratórios (TRASCIATTI, 1999; MILLER, 2000).

³ Esse traço distintivo não impede que a mesma literatura que está sendo chamada de “mais tradicional” destaque entre os “novos” imigrantes a grande presença de homens solteiros que foram para os Estados Unidos para “fazer dinheiro” e em seguida retornar para seus países, enquanto entre os imigrantes anteriores predominava a transferência de famílias inteiras. Pesquisas mais detalhadas sobre os diferentes grupos e subgrupos imigrados permite entender melhor a “distribuição” dessas características.

⁴ A religião não é especialmente destacada como um elemento de distinção relevante, a não ser no caso dos judeus do Leste Europeu. Essa posição decorre do fato de tanto nas primeiras como nas últimas levadas aqui consideradas haver seguidores de diferentes denominações protestantes, assim como católicos, embora, sabidamente havia diferenças entre os cristãos a serem consideradas, como por exemplo, a presença entre os “novos” imigrantes, dos cristãos ortodoxos seguidores da Igreja Ortodoxa Oriental.

Esse deslocamento de ângulo de análise representa basicamente trazer a primeiro plano o as mudanças profundas ocorridas nos Estados Unidos de antes Guerra Civil e dos anos imediatamente posteriores, em relação aos Estados Unidos das últimas décadas do século XIX em diante, período de alto nacionalismo em que nos Estados Unidos são produzidas e disseminadas as suas representações de nação moderna, espiritualmente excepcional, e militarmente poderosa. Ou seja, momento em que os Estados Unidos começam a tecer a sua hegemonia para além das suas próprias fronteiras, o que implica a cimentação da sua unidade interna.

O movimento

Para alguns autores mais tradicionais, como Butts e Cremin (1953), apesar de todas as dificuldades advindas da imigração intensa e diversificada, os imigrantes eram em geral “muito bem vindos”. A literatura posterior, especialmente a que foi produzida com o espírito crítico de 1968, discordam severamente. Os chamados “americanos nativos” em contraste com os “novos” imigrantes não os aceitavam exatamente pelo que eram, mas pelo que deveriam se tornar. Logo, esperavam que abandonassem suas culturas, linguagens e costumes de origem e esposassem plenamente os valores, hábitos e língua da nova pátria, de preferência com bastante rapidez⁵.

As iniciativas de transformação do imigrante começaram com afinco no final do século XIX quando uma variedade de grupos e organizações começou a inventar seus próprios procedimentos de assimilação dos imigrantes. Essas iniciativas eram tanto públicas quanto privadas, seus tamanhos variavam bastante, e suas bases institucionais eram bastante diferenciadas.

Para dirigir e acelerar o ajustamento esperado, uma quantidade imensa de programas foi criada por um leque diversificado de agências civis e governamentais. O conjunto de iniciativas visando a condução do processo de assimilação consagrou-se como “americanização” ou “americanismo”; as suas expressões programáticas e articuladas fizeram um percurso ascensional dos primeiros anos do século XX até atingir seu pico na Primeira Grande Guerra e foram chamadas de “movimento de

⁵ Os estudos críticos colocam em xeque também a idéia de “*melting pot*” como se fosse um amálgama cultural espontaneamente produzido pela fusão entre os “nativos” e os “adventícios”. Ver a respeito, dentre outros, Miller (2000) e Vought (2001).

americanização” (WEBB, 1973; LEONOR, 1996). Sobre a diversidade de agências e programas envolvidos, diz Leonor (1996, p. 3)

No nível federal, agências tais como o Department of Immigration and Naturalization, Federal Bureau of Education, the Council of National Defense and the Committee on Public Information imprimiram e distribuíram panfletos e pôsteres encorajando todos a se tornarem “um americano 100%”. Os legisladores locais e estaduais aprovaram leis para a criação de escolas noturnas com classe de imigrantes adultos para ensiná-los o Inglês e o civismo primário; centros comunitários [settlement houses] patrocinaram um conjunto de serviços; escolas públicas ajustaram seus currículos, e as indústrias criaram escolas de fábrica para ensinar Inglês. Em acréscimo, organizações étnicas e religiosas circulavam criando seus próprios programas⁶.

Suas motivações eram bastante variadas: alguns tinham o desejo altruísta de ajudar os imigrantes a se ajustarem e se darem bem no seu novo país enquanto outros tinham um desejo etnocêntrico de controlar a “indisciplina” classe baixa com a esperança de salvaguardar o *América protestante e branca*. Ainda que diversificadas as motivações, o certo é que durante a Primeira Grande de Guerra o crescente nacionalismo norte-americano degenerou para um patriotismo frequentemente qualificado de “histérico” e a xenofobia tendeu a suplantar qualquer laivo altruísta antes existente.

Um testemunho surpreendente do clima extremado instalado no período está numa tese de doutorado escrita e tornada pública no calor dos acontecimentos. *Theories of Americanization. A Critical Study with Special Reference to the Jewish Group* foi defendida em 1920 pela Faculty of Philosophy da Columbia University, e publicada no mesmo ano pela própria editora da Universidade. Nos esclarecimentos de abertura, o autor, Isaac Baer Berkson isenta as autoridades da Universidade e o comitê que avaliou a tese de qualquer endosso à perspectiva defendida, mas tão somente o julgamento do mérito do trabalho. Dentre os professores da Columbia, Berkson agradece a John

⁶ O Departamento do Interior, órgão do Governo Federal dos Estados Unidos, lançou em 1919 um livrinho de 22 páginas contendo o discurso do Secretário do Interior, Franklin K. Lane, proferido naquele mesmo ano para representantes de instituições da sociedade civil e dirigentes, que se converteu num dos ícones do “movimento de americanização” não porque expresse especiais iniciativas do governo federal, e mais pelo que sintetiza e sistematiza das diversas iniciativas estaduais e locais, além de ser uma excelente evidência da força ideológica do movimento aliada a seu pauperismo conceitual (DEPARTMENT OF THE INTERIOR, 1919).

Dewey do Departamento de Filosofia que o teria inspirado e encorajado a escrever sobre o assunto, a Isaac Kandel e William Kilpatrick, ambos do Teachers College. A tese é tão reveladora da atmosfera reinante, que vale uma reprodução relativamente longa.

Berkson (1920) assume que o ajustamento dos imigrantes à vida americana – popularmente denominado “americanização” – era um assunto de grande interesse mesmo antes da Guerra. Com o seu encerramento, o assunto se tornou um daqueles problemas candentes que são impossíveis de se discutir sem mexer em profundos preconceitos. Sempre que o tema do imigrante não assimilado é abordado, imediatamente vem à tona o patriotismo exacerbado pela experiência da guerra, ao que se acrescentam os problemas de política interna e de reorganização industrial.

Intimamente ligado com o medo dos inimigos estrangeiros e com a apreensão da revolução “bolchevista”, não é de se admirar que muito do que é dito hoje sobre a “americanização” tenha o sabor de histeria (BERKSON, 1920, p. 1)⁷.

O momento exigia ponderação em torno de princípios!

A guerra foi ganha, segue Berkson (1920) somente porque os homens passaram a acreditar que estavam lutando pelo princípio básico da democracia. Assim, pergunta, “Quais são as implicações da democracia para as relações dos grupos étnicos estrangeiros com o estado?” (BERKSON, 1920, p. 1). Ou melhor, “*que lugar o grupo judeu ocupa na nossa democracia? Pode ele manter sua identidade ou deve se fundir inteiramente com o grupo integral?*” (BERKSON, 1920, p. 2).

São questões decisivas que ajudam a compreender o alcance e a profundidade dos problemas introduzidos pelos imigrantes naquele ambiente norte-americano que pelo patriotismo histórico que a eles se fecha, e que deles, ao mesmo tempo, depende para a hegemonização do americanismo. Elas, portanto, se estendem a todos os diferentes “grupos” de imigrantes, como acredita o próprio Berkson.

⁷ Embora pouco abordado pela literatura relativa aos programas de americanização, é fundamental que se tenha em mira as intervenções anticomunistas largamente presente no movimento. Merecem especial estudo os programas desenvolvidos pelas Forças Armadas, pela YMCA e pelo Rotary Club. Dentre outros ver, Neather, (1994).

Um manual para americanizar o imigrante e o próprio (norte-) americano

O manual *Americanization* (New York: The H.W. Wilson Co.) de Winthrop Talbot destinado aos imigrantes reúne os textos: *Principals (sic) of Americanism*, *Essentials of Americanization*, *Technic of Race-assimilation* e *Annotated Bibliography*. Publicado primeira vez em 1917, foi revisto e ampliado por Julia E. Johsen para a 2ª edição de 1920.

Segundo a nota explicativa à 2ª edição, o manual sobre “americanismo e americanização” é um meio de melhor clarificar o pensamento nacional sobre problemas vitais da atualidade; para isso, reúne excertos de antigos e novos discursos insuficientemente acessíveis a muitos apesar da sua importância para todos os americanos nativos e os novos cidadãos para que “nós todos possamos nos tornar melhores americanos” (TALBOT, 1920, p. v). Todo aquele material reunido destinava-se “àqueles que acreditam na America como uma força mundial para a civilização e a democracia em oposição à exploração e à autocracia” (TALBOT, 1920, p. v).

Talbot define o “americanismo” como “uma atitude da mente em defesa de certos princípios”. Estamos “americanizados”, diz ele se dirigindo aos compatriotas, “quando a nossa atitude mental está de acordo com os princípios americanos fundamentais de governo e conduta, tais como: liberdade, democracia, governo das leis...” (TALBOT, 1920, p.69).

Mas o americanismo é também um ideal. Como americanos, diz Talbot, poderíamos compreender que o americanismo é sempre parcial e incompleto, um ideal a ser perseguido, mas nunca inteiramente atingido, cuja perfeição está sempre fora do nosso alcance. Como americanos, poderíamos nos tornar muito melhores e mais fortes missionários do evangelho do americanismo. Esse senso de ideal, enfatiza Talbot, deveria ser transmitido aos recém-chegados aos Estados Unidos para que compreendam como podem contribuir para o processo do americanismo (TALBOT, 1920).

Na sequência, Talbot se refere à dimensão internacional do “americanismo” o que muito original em relação aos seus contemporâneos, seja porque não tratam desse assunto, seja porque falam dos Estados Unidos para fora das suas fronteiras predominantemente como potencia econômico-militar. Diz ele que o americanismo já é um processo mundial e a americanização está ocorrendo rapidamente em todo o mundo. E

cita os quatro milhões de emigrantes, ou seja, um quarto dos imigrantes que haviam chegado às costas dos Estados Unidos, que retornaram para suas terras desde 1900 levando consigo “as idéias essenciais do americanismo”. É o “emigrante estrangeiro que tem americanizado o mundo” (TALBOT, 1920, p.70). É ele que tem levado longe a idéia da democracia. Foi na América que ele descobriu a escolarização gratuita; descobriu a liberdade de pensar que implica a partilha de idéias.

Talbot apresenta a América como a terra onde o emigrante foi explorado, mas também descobriu a melhor solução para a exploração: escolarização pública e gratuita⁸. “Eles vêm a nós como estrangeiros; eles voltam para suas terras de origem como americanos. Eles retornam para a América, é possível, mas sempre serão missionários da democracia no seio do seu próprio povo” (TALBOT, 1920, p.71).

Pensando nesse movimento mundial e a extensa difusão dos princípios americanos, Talbot entende que teria chegado a hora de coletar a literatura sobre americanização. Naquele manual, estariam reunidos os princípios do americanismo formulados pelos antigos estadistas (*elder statesmen*) assim como as novas interpretações elaboradas pelos líderes contemporâneos.

O manual reúne os ensinamentos de anos de elaboração das técnicas de assimilação das muitas e diferentes raças que aportaram nos Estados Unidos de tal modo que pouco a pouco se alcançou algo como uma “tecnologia de americanização”. Aquele manual apresentava exatamente a descrição dessa tecnologia e em algum grau, o detalhamento das fontes de informação sobre o assunto.

Uma vez esclarecido o americanismo em seus termos básicos, Talbot apresenta seu sintético entendimento do que é a americanização. Diz ele: na luta entre as novas formas de governo com as velhas, no choque da democracia com a autocracia, a nova grande força é a americanização que representa a extensão das idéias americanas sem limites raciais ou geográficos, sem limites de participação dos povos dentro e fora de casa no americanismo.

A americanização, define Talbot,

⁸ Essas passagens são de primordial importância. Datam exatamente da época os programas de bolsas de estudo destinadas a estudantes estrangeiros, em que se engajam estudantes comuns, mas principalmente filhos de elites nacionais e representantes de órgãos governamentais estrangeiros. Nesses casos se enquadram os brasileiros, como Anísio Teixeira e contemporâneos, que estagiaram em universidades norte-americanas e fizeram peregrinações em escolas públicas de todo o país.

é o processo de participação e de promoção de idéias, objetivos, atividades e práticas dos princípios americanos de governo; da liberdade de pensamento americano; da linguagem e da escolarização americana, e das melhores maneiras, hábitos e costumes da América (TALBOT, 1920, p.141).

Americanização é também a defesa dos direitos da Constituição, tanto quanto é a escola pública gratuita, que é obrigatória e universal; a biblioteca pública gratuita e a livre imprensa, que por sua vez implicam “uma linguagem comum para os americanos e um rico vocabulário para intercâmbio do pensamento” (TALBOT, 1920, 141).

O escopo da americanização é amplo; tão universal e tão necessário está se tornando para a civilização que a “nossa concepção do seu significado tem que ser igualmente amplo”. Assim, conclama Talbot, “não devemos nos constranger com noções pré-conceituosas derivadas somente de experiências pessoais limitadas e por preconceitos individuais estreitos. A americanização baseia-se em pensamento socializado” (TALBOT, 1920, 141).

O mais importante de tudo, completa, é que a americanização implica sempre obrigação; a livre escolha determina sua aceitação, e sua extensão deve vir através de caminhos de compreensão inteligente ao invés de por meio da dominação física ou governamental. Assim, “somente na medida em que ampliamos nossa própria concepção de americanização podemos nos tornar plenamente consciente de suas relações com o progresso mundial, e podemos apreciar a imensidão do campo aberto para suas forças” (TALBOT, 1920, p.142).

Mas, em contrapartida, a americanização tem seus problemas. Esses problemas são comumente concebidos como questões de assimilação do estrangeiro europeu, e o manual reserva proporcionalmente espaço para a técnica da americanização nesse campo. Mas deve-se ter em mente que a América de hoje assumiu também a assimilação do negro, do índio, do crioulo, do filipino, do porto-riquenho, dos nativos do Alaska, do Haiti, de São Domingos, das Ilhas Virgens, do Havaí, bem como de grande número de peões mexicanos, de milhares de chineses, japoneses e outros imigrantes asiáticos. E ainda, avisa Talbot, não começamos a americanizar os americanos nativos das montanhas geladas do Kentucky e da West Virginia, dos habitantes das planícies do Vale do Mississipi, os decadentes e deficientes da

interiorização da Nova Inglaterra, o diretor ausente na indústria e o devoto isolado da riqueza e da classe.

Esses são alguns dos nossos problemas domésticos de americanização. Constantemente, ano após ano, década após década, nós nos encontramos como um povo tornando-se gradualmente fundido em uma unidade maior de ideais americanos enquanto a variedade extrema não faz muito tempo estava em aberto, como nos dias da Guerra Civil, e estamos nos tornando pessoas que partilham dos mesmos objetivos e finalidades como um povo. A Guerra Civil nos uniu, a Guerra Mundial está nos unindo (TALBOT, 1920, p. 142).

As forças da americanização são muitas e variadas. Elas compreendem, primeiro, as agências que promovem a capacidade de compartilhar o pensamento – ou seja, a escola pública gratuita, a biblioteca livre, a livre imprensa. Dessas agências, a escola pública gratuita é de primordial importância. Essa posição é consenso entre os contemporâneos e permanecerá entre os analistas do “movimento de americanização”.

A segunda mais efetiva agência de americanização é o ambiente físico; a presença e influência da própria vida americana porque os hábitos da humanidade são formados em grande parte através da imitação. Assim, somos levados a considerar os aspectos detalhados da vida americana, nossos meios de transporte baratos, rápidos e de ampla extensão por todo o território, por meio de estradas de ferro, navio a vapor, bonde, automóvel, barco. “Cada aumento de mobilidade induz a um mais completo americanismo” (TALBOT, 1920, p. 75).

Além disso, a americanização é promovida não só pela extensão do pensamento através de viagens, mas pelo uso geral de conveniências para a comunicação de idéias tais como o telefone, o telegrafo, correios em contraste com suas limitadas disponibilidades e usos em outras terras.

Sociedade, fraternidades etc. desempenham um grande papel na americanização, tanto quanto os jogos tipicamente americanos, os esportes, os filmes e o vaudeville são forças da americanização. A melhoria das condições que marcam o moderno emprego americano e a extensão da organização trabalhista fazem muito pela promoção da americanização. Igrejas, escolas dominicais e organizações caritativas são também importantes.

Finalmente, a urna e tudo aquilo que ela implica. Nossa constituição política, diz Talbot, proporciona os meios para a liberdade completa no jogo das forças da americanização. “Não há outro governo além dos Estados Unidos que tenha jamais admitido que exista direitos humanos que são inalienáveis” (TALBOT, 1920, p. 75).

Assim, nenhuma outra forma de governo que trabalhe inteiramente pelos *direitos* da humanidade...

Pode ser dito que nós trabalhamos inteiramente pelos direitos humanos quando continuamos a permitir que seis milhões de nossos adultos continuem incapazes de ler e escrever, e também pedir que termine toda exploração e toda a luta que perseguidos pelo americanismo? (TALBOT, 1920, p. 75).

Considerações finais

Em um sentido elementar, americanização é um processo educacional pelo qual o imigrante apreende a linguagem, os valores, os costumes, maneiras e os hábitos dos Estados Unidos. São os lugares onde se americanizava o imigrante, por meio de programas específicos: escolas públicas, classes de educação de adultos, lugares de trabalho, settlement houses e imprensa imigrante.

Esse é o sentido conferido, por exemplo por Leonor (1996), para quem a americanização do novo imigrante era a metáfora para modernização. Ela “significava muitas coisas para muitas pessoas”, mas na sua base, em relação ao novo imigrante, “era um ajustamento ao mundo moderno.” Em outras palavras, “americanização pode ser encarada como sinônimo de modernização” (LEONOR, 1996, p. 220).

Os termos são suficientemente genéricos de sorte a ensejar concordância. Em termos mais específicos, ou seja, em termos históricos, defende-se aqui o entendimento do americanismo como um conjunto de “mudanças do modo de ser e viver”; como tal, um processo de configuração objetiva e subjetiva. Propõe-se, portanto, a compreensão do americanismo como processo educacional, ao mesmo tempo em que faz da educação o seu apanágio. Processo de amoldamento das formas de pensar, sentir e viver; tornando-se parâmetro de progresso, felicidade, bem estar, democracia, civilização; amoldamento das esperanças em torno da cidade e da indústria.

Dessa perspectiva, afirmar a relação entre americanismo e educação é quase uma tautologia, posto que foi por meio da educação que o americanismo criou raízes e a mantém como a sua grande bandeira. Aí está a peculiaridade da pedagogia americanista: não tem nada de idílica; impõe consentimento pelos métodos coerção subjetiva, de controle e de amoldamento.

Bibliografia

ARNAVON, C. *L'américanisme et nous*. Paris: Del Duca Editions Mondiales, 1958.

- BARJOT, D. Introduction, In: _____; RÉVEILLARD, C. (Dir.). *L'Américanisation de l'Europe occidentale au XXe siècle. Mythe et réalité*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2002, p. 7-33.
- BARRETT, J. R. *Work and Community in the Jungle: Chicago Packinghouse Workers, 1894-1922*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1987.
- _____. Americanization from the Bottom up: Immigration and the Remaking of the Working Class in the United States, 1880-1930. *The Journal of American History*, vol. 79, n. 3, Discovering America: A Special Issue, p. 996-1020, Dec. 1992.
- BERKSON, I. B. *Theories of Americanization. A Critical Study with Special Reference to the Jewish Group*. New York: Teachers College, Columbia University, 1920.
- BERROL, S. C. School Days on the Old East Side: The Italian and Jewish experience. *New York History*, n. 57, p. 201-213, April 1976.
- BONVILLAIN, D. G. *Cultural Pluralism and The Americanization of Immigrants: The Role of Public Schools and Ethnic Communities, Baltimore: 1890-1920*. 1998, 213f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – The American University, Washington, D.C., 1998.
- BOWLES, S. *Immigrants at School: New York City 1898-1914*. 1967. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – City University of New York, New York, 1967.
- BRUMBERG, S. *Going to America Going to School: The Jewish Immigrant Public School Encounter in Turn-of-the-Century New York City*. New York: Praeger, 1986.
- BUTTS, R. F.; CREMIN, L. A. *A History of Education in American Culture*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1953.
- DEPARTMENT OF THE INTERIOR. *America, Americanism, Americanization speech of Hon. Franklin K. Lane*. Washington: Government Printing Office, 1919.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUTMAN, H. *Work, Culture and Society in Industrializing America, 1815-1919*. *American Historical Review*, n. 78, p. 531-588, June 1973.
- _____. *Work, Culture and Society in Industrializing America: Essays in Working-Class and Social History*. New York: Vintage Books, 1976.
- HOLANDA, S. B. de. Considerações sobre o americanismo. In: _____. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, 1978, p. 23-27.
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KASPI, A. Préface. In: BARJOT, D; RÉVEILLARD, C. (Dir.). *L'Américanisation de l'Europe occidentale au XXe siècle. Mythe et réalité*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2002, p. 5-6.
- LEONOR, M. S. *Americanization and the New Immigrant, 1880-1924: a Documentary History*. 1996. 237f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – Teachers College, Columbia University, New York, 1996.

- MASSEY, D. S. Dimensions of the new immigration to the United States and the prospects for assimilation. *Annual Review of Sociology*, n.7, p. 57-85, 1981.
- _____. The New Immigration and Ethnicity in the United States. *Population and Development Review*, vol. 21, n. 3, p. 631-652, Sep. 1995.
- MAZADE, C. de. De l'américanisme et des républiques du sud. *Revue des Deux Mondes*. T. 16, s/p, 1846.
- MILLER, J. C. *The Melting pot Metaphor: Immigration and Identity in Early Twentieth Century American Discourse*. 2000. 190f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – University of Maryland, College Park, 2000.
- MONTGOMERY, D. *Workers' Control in America: Studies in Work, Technology, and Labor Struggles*. New York: Cambridge University Press, 1979.
- _____. Nationalism, American Patriotism, and Class Consciousness among Immigrants Workers in the United States in the Epoch of World War I. In: HOERDER, D. *Struggle a Hard Battle: essays on working-class immigrants*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1986, p. 327-351.
- MORSE, R. *A americanização da linguagem*. São Paulo: Cebrap, 1976.
- _____. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MUSSO, P. Américanisme et américanisation: Du fordisme à l'hollywoodisme. *Quaderni*, n. 50-51, p. 231-247, Printemps 2003.
- NEATHER, A. E. *Popular republicanism, Americanism, and the roots of anti-communism, 1890-1925*. 1994. 612f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – Duke University, Durham, 1994.
- TALBOT, W. *Americanization*. New York: The H. W. Wilson Co., 1920.
- TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- TRASCIATTI, M. A. *Arguing Americanization: The Rhetoric of Native-Born Americans and Italian Immigrants, 1900-1930*. 1999. 315f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – University of Maryland, College Park, 1999.
- VOUGHT, H. P. *Redefining the "Melting Pot": American Presidents and the Immigrant, 1897-1933*. 2001. 350f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – University of Connecticut, Storrs, 2001.
- WEBB, J. W. *Concepts of Americanism, 1919-1929*. Louisiana State University, 1973.
- WEST, L. *Teacher Education for Americanizing Immigrants in the Public Schools, 1871-1920: The Rhode Island Normal School Programs*. 1995. 173f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – University of Connecticut, Storrs, 1995.
- ZIEGLER-MCPHERSON, C. A. *"Americanization: The California Plan": The Commission of Immigration and Housing of California and Public Policy, 1913-1923*. 2000. 435f. Dissertation (*Philosophiæ Doctor*) – University of California, Santa Barbara, 2000.